

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**PROJETO BÁSICO Nº 4/2020 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEALM****1 - INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, Inciso IX, 7º § 2º e 9º da Lei nº 8.666/93 e artigo 3º, Inciso I da Lei nº 10.520/2002, elaboramos o presente Projeto Básico, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de material elétrico.

**2 - OBJETO**

Aquisição de MATERIAL DE CONSUMO, TIPO MATERIAL ELÉTRICO, para atender as demandas imediatas do Tribunal Regional Eleitoral, em atendimento à Remessa 83 COMAP ([0510778](#)), conforme itens listados pela Seção de Manutenção Predial ([0510612](#)), especificados no quadro adiante:

Item	Descrição	Unid de Medida	Quantid
1	Abraçadeira de Nylon 6.6 flexível 15cm Abraçadeira de nylon; cor natural; não deforma na temperatura de até 85°C; Uso interno e externo resistente a raios UV; Comprimento aproximado de 15cm. Embalagem com 100 unidades. (Cód.337689)	CENTANA	100
2	Abraçadeira de Nylon 6.6 flexível 28/30cm Abraçadeira de nylon; cor natural; não deforma na temperatura de até 85°C; Uso interno e externo resistente a raios UV; Comprimento aproximado de 30cm. Embalagem com 100 unidades. (Cód.341586)	CENTANA	80
3	Cabo Flexível 3 x 1,5 mm <sup>2</sup> , tipo PP (dupla isolamento), isolamento com material PVC, antichama, flexível, tensão 750v; condutor cobre; rolo de 100m.; com revestimento externo na cor PRETA e o revestimentos internos nas cores AZUL / PRETO / VERDE Certificação compulsória INMETRO Portaria 640/12. Código 409525	ROLO 100M	2
4	Cabo Flexível 3 x 2,5 mm <sup>2</sup> , tipo PP (dupla isolamento), isolamento com material PVC, antichama, flexível, tensão	ROLO 100M	10

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	750v; condutor cobre; rolo de 100m.; com revestimento externo na cor PRETA e o revestimentos internos nas cores AZUL / PRETO / VERDE Certificação compulsória INMETRO Portaria 640/12. Código 409525		
5	Cabo Flexível 4 x 4,0 mm <sup>2</sup> , tipo PP (dupla isolamento), isolamento com material PVC, antichama, flexível, tensão 750v; condutor cobre; rolo de 100m.; com revestimento externo na cor PRETA e o revestimentos internos nas cores VERMELHO / AMARELO / PRETO / VERDE Certificação compulsória INMETRO Portaria 640/12. Código 409522	ROLO 100M	1
6	Disjuntor monofásico de 15/16 amperes, tipo DIN, uso geral, fase monofásico, terminais para cabo e barramentos, indicação do status de ligado/desligado, presilha de fixação rápida. Certificação compulsória INMETRO Portaria 348/07. (Cód. 150537)	UNIDADE	40
*7	Luminária PRAFON de LED Quadrado de Embutir, com as seguintes características: Potência: mínimo de 40 W; Material: Alumínio e Acrílico; Material da Borda: em Alumínio; Cor da Borda: Branco; Dimensão: 62cm x 62cm; Profundidade: máxima de 1,3cm; Modelo: Luminária de Embutir; Eficiência Luminosa: igual ou superior a 75 lm/W; Corrente: 600 mA; Frequência: 50/60 Hz; Índice de Reprodução de Cor (IRC): não inferior a 70 %; Temperatura Ambiente (Ta): não superior a -20° C de mínima e 40° C de máxima; Temperatura da Cor: Branco Frio (6.000-6500 K); Índice de proteção mínimo: IP20; Possuir Tecnologia Anti-Strobo ou Anti-Stromb: SIM; Alimentação por driver com as seguintes características: Potência: 40 W; Tensão de saída: 45-65 Vdc; Tensão de entrada: BIVOLT (110 / 220 V); Frequência: 50/60 Hz; Temperatura do ambiente (Ta): até no mínimo 45° C Temperatura da embalagem (Te): até no mínimo 75° C; Índice de proteção mínimo: IP20; Tipo de conector de saída: Cabo com plug fêmea 5.5x2.1mm; Tipo de entrada: Cabo PP 2x0,5mm; Selos de qualidade: mínimo ISO 9001:2000 e ISO 14001; Manual de instruções para instalação/utilização em português; Garantia: mínimo 12 (doze) meses.	UNIDADE	54
8	Cabo Flexível 2 x 1,5 mm <sup>2</sup> , tipo PP (dupla isolamento), isolamento com material PVC, antichama, flexível, tensão	ROLO	1

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	750v; condutor cobre; rolo de 100m.; com revestimento externo na cor PRETA e o revestimentos internos nas cores Branco/Azul Certificação compulsória INMETRO Portaria 640/12. Código	100M	
9	Cabo Flexível 3 x 4 mm <sup>2</sup> , tipo PP (dupla isolação), isolamento com material PVC, antichama, flexível, tensão 750v; condutor cobre; rolo de 100m.; com revestimento externo na cor PRETA e o revestimentos internos nas cores AZUL / PRETO / VERDE Certificação compulsória INMETRO Portaria 640/12. Código 409525	ROLO 100M	2

\*Conforme verificado na cotação nº 002/2020 - SEALM/COMAP foi estimado o quantitativo de 64 (sessenta e quatro) unidades de luminárias, mas devido ao valor da cotação superar o limite para dispensa de licitação, esta Seção efetuou o redimensionamento do item, conforme orientação da COMAP ([0514676](#)).

A Seção de Almoxarifado, por meio de e-mail diligenciou junto a empresa PM dos Santos (melhor oferta do item 7), no sentido para manifestar-se pela aceitação do novo quantitativo. Houve resposta positiva da empresa, conforme verificado nas tratativas de evento [0515129](#).

### **3 - JUSTIFICATIVA**

A aquisição de materiais elétricos é notoriamente necessária, especialmente no tocante à manutenção do ambiente laboral deste Regional e suas respectivas Zonas Eleitorais. Por conta disso, a Administração não pode prescindir de estoque adequado, suficiente e hígido para suportar a demanda ordinária e eleitoral de 2020.

Porém, no exercício de 2019 e até o presente momento, não foi deflagrado, ainda, nenhum procedimento licitatório para aquisição de material elétrico.

A SEMAP demandou aquisição do material objeto deste TR como necessário para a montagem e adequação de ambientes para o fechamento do cadastro que, de acordo com o calendário eleitoral vigente, está estipulada para o dia 6 de maio de 2020. Ocorre que essa necessidade não pode suportar a realização de um certame licitatório, sob pena de desabastecimento. Além disso, não havendo aquisição de material elétrico no exercício de 2020, a demanda pode ser atendida via contratação direta,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

por expressa previsão no art. 24, II, da Lei 8.666/93, pois o valor estimado está aquém do teto estabelecido.

No tocante ao item 7 (Luminárias de LED), obteve-se somente duas propostas. Tal situação se deve ao fato do mercado local ser muito restrito. Além disso, a especificação do objeto deve-se às peculiaridades deste Tribunal, não sendo recomendável a sua alteração, a fim de se evitar pluralidades de medidas, o que levaria à alterações estruturais do forro, das instalações e layouts de todo o Tribunal. Apesar das várias tentativas, não foi possível obter mais cotações para o item 7.

### **4 - DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

A aquisição pretendida vai ao encontro de **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** traçados no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO deste órgão, a saber:

- **VALORES:** Transparência, Celeridade, Eficácia, Responsabilidade Socioambiental e Qualidade de Vida do Servidor.
- **PROCESSOS INTERNOS:** Celeridade e produtividade na prestação e Jurisdicional.
- **PESSOAS E RECURSOS:** Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Fortalecimento da Governança.

### **5 - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

Considerando as regras previstas no art. 5º da **IN nº 001/2010-SLTI/MPOG**, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, esta seção **não exigiu referidos critérios para todos os itens desta contratação**, pois trata, primeiramente, de regra facultativa, entendimento extraído do próprio texto de lei. Vale destacar, também, que a matéria ainda não foi regulamentada no âmbito deste Tribunal.

De acordo com o artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais. Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 425/2017, de 7.7.2017. Essa comissão está tratando justamente dos estudos para implementação de critérios de sustentabilidade nas contratações, o que não impede a sua adoção, quando aplicável. Contudo, não foram localizadas



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

qualquer norma ou lei específica que contemple o bem objeto deste Projeto Básico.

Todavia, em que pese a não obrigatoriedade da adoção de tais normas pela ausência de regulamentação específica para o objeto em questão, exige-se a observância de certificação compulsória e ISO para a maioria dos itens, por se tratarem de regras estabelecidas pelo INMETRO que aferem a qualidade dos materiais, evitando a ocorrência de sinistros ambientais.

Além disso, o item 7 (luminária de LED), por si só, é uma tecnologia muito mais eficiente e econômica que as atuais luminárias de lâmpadas fluorescentes, que estão sendo substituídas neste Tribunal.

### **6 - DO VALOR**

Considerando os itens enquadraram-se nos requisitos para sua contratação direta por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, o valor total da aquisição pretendida é de R\$ 17.576,00 (dezesete mil quinhentos e setenta e seis reais), obtido por meio da Cotação nº 02/2020 - SEALM/COMAP ([0511559](#)) no mercado local, conforme quadro adiante:

Tabela abaixo atualizada em razão da Solicitação 42 COMAP ([0515644](#)) e Manifestação 10 SEMAP ([0516069](#)).

<b>MATERIAL ELÉTRICO</b>									
IT E M	MATE RIAL	TO TA L	Cotaç ão 1  Buen o & Cechi m  ( <a href="#">0513 987</a> )	Cotaç ão 2  Eletr us Comé rcio  ( <a href="#">0513 989</a> )	Cotaç ão 3  Fretia s & Cia  ( <a href="#">0515 854</a> )	Cotaç ão 4  Jaó Materi ais de Constr ução  ( <a href="#">0513 991</a> )	Cotaç ão 5  PM dos Santo s  ( <a href="#">0515 856</a> )	MEN OR PREÇ O UNIT ÁRIO	VALO R TOTA L DO ITEM  COM MEN OR COTA ÇÃO  (R\$)
1	Abraça deira	100	20,00	9,90	3,60	N/C	46,88	3,60	360,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	15cm								
2	Abraçadeira 28/30cm	80	60,00	19,90	19,00	N/C	46,88	19,00	1.520,00
3	Cabo Flexível 3 x 1,5 mm², tipo PP	2	N/C	330,00	300,00	350,00	255,00	300,00	600,00
4	Cabo Flexível 3 x 2,5 mm², tipo PP	10	485,00	550,00	450,00	470,00	529,00	450,00	4.500,00
5	Cabo Flexível 4 x 4,0 mm², tipo PP	1	N/C	1.290,00	850,00	N/C	990,00	850,00	850,00
6	Disjuntor monofásico de 15/16 ampères	40	7,88	8,00	4,70	6,00	4,00	4,00	160,00
*7	Luminária de LED	54	N/C	N/C	139,00	N/C	135,00	139,00	8.046,00
8	Cabo Flexível 2 x 1,5	1	N/C	242,00	220,00	250,00	269,00	220,00	220,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	mm <sup>2</sup> , tipo PP								
9	Cabo Flexível 13 x 4 mm <sup>2</sup> , tipo PP	2	780,0 0	990,0 0	660,0 0	770,0 0	854,0 0	660,00	1.320, 00
<b>VALOR TOTAL</b>									17.576 ,00

\* Quantitativo total justificado no item 2 - OBJETO.

Ademais, consta na Manifestação 10 SEMAP ([0516069](#)), que o item 7, Luminária de led, ofertado pela empresa PM dos Santos, não foi aprovado, em razão de não atender a altura máxima do material.

De posse das cotações, a SEMAP entrou em contato com a empresa Freitas & Cia, segunda melhor oferta do item 7, onde efetuou tratativas que culminaram na apresentação de uma nova luminária que atende as necessidades do Tribunal, conforme verificado nos eventos [0516043](#), [0516044](#) e [0516056](#).

De acordo com o quadro acima, sagraram-se vencedoras as seguintes cotantes, para a qual solicita-se adjudicação do objeto:

EMPRESA	ITEM	QUANTITA ITVO	VALOR INDIVID UAL	VALORES TOTAL DO ITEM	VALOR TOTAL DOS ITENS
<b>FREITAS &amp; CIA LTDA (BARBOS A) CNPJ:</b>	1 - Abraça deira 15cm	100	3,60	360,00	<b>R\$ 17.576,00</b>
	2 - Abraça	80	19,00	1.520,00	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>02.179.328/ 0001-42</b>	deira 28/30c m			
	3 - Cabo Flexível 3 x 1,5 mm², tipo PP	2	300,00	600,00
	4 - Cabo Flexível 3 x 2,5 mm², tipo PP	10	450,00	4.500,00
	5 - Cabo Flexível 4 x 4,0 mm², tipo PP	1	850,00	850,00
	7 - Luminá ria de Led	54	149,00	8.046,00
	8 - Cabo Flexível 2 x 1,5 mm², tipo PP	1	220,00	220,00
	9 - Cabo Flexível 3 x 4 mm², tipo PP	2	660,00	1.320,00
<b>VALOR TOTAL DA EMPRESA</b>				<b>17.416,00</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>PM DOS SANTOS (MAROK)</b> <b>CNPJ: 24.754.041/0001-31</b>	6 - Disjuntor Monofásico 15/16 amperes	40	4,00	160,00	
<b>VALOR TOTAL DA EMPRESA</b>				<b>160,00</b>	

**7 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

O fornecimento de material de consumo especificado no presente Projeto Básico está previsto no planejamento orçamentário desta Unidade para o corrente exercício, devendo a aquisição pleiteada ser custeada pelo Orçamento Ordinário do Exercício de 2020, conforme quadro abaixo:

CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO):	Ordinário
AGREGADOR:	Material para Manutenção Predial
DESPESA AGREGADA:	Orçamento Ordinário 2020
PLANO INTERNO:	ADM MATMAN
VALOR:	R\$ 17.576,00

**8 – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

De acordo com o **item 1.1. da Cotação de Preços nº 002/2020-SEALM/COMAP**, foi exigido das cotantes apresentarem certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, junto à Fazenda Nacional, Seguridade Social, FGTS, Justiça do Trabalho. Apesar de não estar incluído na Cotação de Preços a apresentação da certidão negativa do CNJ (improbidade administrativa), esta Seção fez a juntada da referida certidão.

-Freitas & Cia - Situação regular ([0515479](#));

- PM dos Santos - Situação regular ([0515461](#));

- Bueno & Cechim - Situação regular ([0516360](#));



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- Eletrus Comércio - Situação irregular perante a Receita Federal ([0516361](#));
- Jaó Materiais de Construção - Situação regular ([0516363](#)).

## **9 - REQUISITOS DE VALIDADE DA PROPOSTA**

I - Validade: 60 (sessenta) dias;

II - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, serviços, encargos sociais, trabalhistas, frete, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Cotação de Preços.

## **10 - DA CONTRATAÇÃO**

As normas referentes à entrega, prazos, obrigações, sanções, pagamentos e outras são as constantes na Cotação de Preços nº 002/2020-SEALM/COMAP, que é parte integrante deste Projeto Básico, independentemente de transcrição.

Além disso, a contratação será regida pela Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal e pela legislação pertinente, especialmente a Lei 8.666/93.

## **11 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

A gestão e fiscalização será de competência do Chefe da Seção de Almoxarifado, ou por quem sua vez fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

## **12 - DOS ANEXOS**

São anexos ao presente instrumento:

I – Cotações de Preços realizadas no mercado local, consoante eventos: [0513987](#), [0513989](#), [0513990](#), [0513991](#) e 0513992.

II - Regularidade Fiscal, Trabalhista e CNJ das cotantes com as propostas vencedoras, conforme eventos: [0515461](#) e [0515479](#).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **WALTER RONALDO MOUZINHO GUIMARÃES JÚNIOR, Chefe de Seção**, em 20/03/2020, às 19:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

**PARECER JURÍDICO Nº 60 / 2020 - PRES/DG/AJDG**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de procedimento administrativo instaurado por solicitação da Seção de Almocharifado - SEALM, objetivando a **aquisição de material de consumo elétrico** para suprir as necessidades do TRE-RO (Termo de Abertura – [0511546](#)).

**02.** O Projeto Básico se encontra anexado aos autos no evento [0516372](#), relatando sobre o objeto da contratação, constando como anexos a Cotação de Preços nº 002/2020 – SEALM/COMAP ([0513987](#), [0513989](#), [0513990](#), [0513991](#) e [0513992](#)) e a regularidade fiscal, trabalhista e CNJ das cotantes ([0515461](#) e [0515479](#)).

**03.** No Despacho nº 465/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0515570](#)), o titular da SAOFC – Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade, direciona os autos à COMAP para a análise do Termo de Referência, à COFC para programação orçamentária da possível despesa, e, por último, a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico, com vistas ao retorno dos autos ao Gabinete da SAOFC para a devida manifestação e prosseguimento do feito.

**04.** Recebidos os autos, a COMAP, tomando por base o disposto °, IX, e 7º, § 2º, da Lei n. 8.666/93 e da IN n. 04/2008 do TRE-RO, avaliou os critérios essenciais à sua regularidade, concluindo, em relação aos itens 1, 2, 3, 4, 5, 8 e 9, pela consonância do instrumento com as normas gerais de contratações estabelecidas pela legislação vigente, bem como sugeriu a utilização da cotação eletrônica para aquisição dos itens 6 e 7, consoante Análise de Termo de Referência/Projeto Básico nº 37/2020 ([0517396](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**05.** Em seguida, juntou-se a Programação Orçamentária ([0517450](#)) totalizando **R\$ 17.576,00** (dezessete mil quinhentos e setenta e seis reais), oportunidade em que a COFC informou que “*a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA)*”.

**06.** Assim instruídos, vieram os autos para análise jurídica acerca da modalidade licitatória a ser adotada. **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

**07.** A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê, em seu art. 24, os casos de dispensa de licitação, nos quais, embora haja competição, é autorizado ao administrador a afastar o procedimento licitatório e contratar de forma direta.

**08.** Entre as hipóteses elencadas no referido dispositivo legal está a dispensa em função do pequeno valor do serviço ou compra, *in verbis*:

I - para outros serviços e compras de valor até **10%** (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (sem grifo no original)

**09.** Esclarece-se que os **10%** mencionado corresponde a R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), pois o art. 23, II, “a”, da Lei de Licitação e Contratos, atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018, estabelece o valor de R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais).

**10.** No caso em tela, o valor da aquisição pretendido é de R\$ 17.576,00 (dezessete mil quinhentos e setenta e seis reais), conforme demonstrado no Projeto Básico ([0516372](#)) e na Cotação de Preço realizada. Assim, está dentro do limite legal acima apresentado. Portanto, a contratação pretendida **poderá** ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93**.

**11.** Tendo em vista a ausência do livro de processo de despesas 2020 nos autos, não é possível a demonstração categórica de que a Administração não realizou contratações de mesma natureza. Contudo, orienta-se que seja observado no planejamento de contratações deste Tribunal, a fim de afastar eventual discussão acerca de **fracionamento**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**irregular de despesa.** Considerando que essa informação é parte importante para a instrução dos procedimentos de contratação direta, esta unidade jurídica solicita que seja informado ou certificado, pela unidade de análise do TR (COMAP) ou outra que achar mais conveniente, o fato de que a administração não realizou contratações da mesma natureza do objeto que se quer contratar.

**12.** Ademais, o fato dessa assessoria ter acesso aos autos de registro de processos de despesa, a exemplo do Processo nº 0000284-82.2019.6.22.8000, atualizado até a data de 07/08/2019, não significa, via de regra, que é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a prática de tal ato administrativo. Incumbe isto sim, a cada agente público observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

**13.** Na linha de pacífico entendimento desta Administração, o raciocínio acerca do fracionamento irregular do objeto não é meramente matemático, demanda a análise do caso concreto. Assim, verifica-se que não há falha evidente de planejamento ou que se pretenda buscar a contratação direta dos serviços para subtrair a operação da modalidade competitiva exigida pela lei de Licitações.

**14.** Sobre a cotação de preço levada a cabo no mercado local, ela é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93).

**15.** A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.**

**16.** No vertente caso, foram obtidas no mercado local 05 (cinco) cotações de preço válidas ([0513987](#), [0513989](#), [0515854](#), [0513991](#), [0515856](#)) - ofertadas por empresas aptas a contratar com o setor público - o que vai ao encontro do que assentou o Tribunal de Contas da União (TCU) nos **Acórdãos 1.545/2003, 222/2004 e 2.975/2004, todos da 1ª Câmara e 1.782/2010 – Plenário.** Veja-se:

***Contratação de serviços por dispensa de licitação: 1 - Pesquisa de preços com pelo menos três cotações válidas***



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Denúncia formulada ao TCU indicou irregularidades na realização de coleta de preços, no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet. A primeira das irregularidades seria a existência de vícios na condução, autorização e homologação de pesquisa de preços nos exercícios de 2004 e 2008. A esse respeito, a unidade técnica expôs que “Essa Corte de Contas vem defendendo, de forma reiterada, que a consulta de preços junto ao mercado, nos casos de dispensa de licitação, deve contemplar, ao menos, três propostas válidas...”. O relator, acolhendo a manifestação da unidade técnica, votou pela procedência da denúncia e expedição de determinação à Codesa no sentido de que, “faça constar dos processos de contratação direta, inclusive por meio de licitação com base no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93, pesquisa de preços de mercado, no número mínimo de três cotações válidas, elaborados por empresas do ramo, com identificação do servidor responsável pela consulta, conforme iterativa jurisprudência deste Tribunal”. O Plenário, por unanimidade, acompanhou o voto do relator. Precedentes citados: Acórdãos nº 1.545/2003-1ª Câmara – Relação nº 49/2003; nº 222/2004-1ª Câmara e nº 2.975/2004-1ª Câmara. **Acórdão n.º 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.** (sem grifo no original)

### ***Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS***

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. **Acórdão n.º 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.** (sem grifo no original)

**17.** Pois bem, verifica-se que o melhor preço obtido na cotação realizada foi oferecido pela empresa FREITAS & CIA LTDA, CNPJ nº 02.179.328/0001-42, para os **itens 1, 2, 3, 4, 5, 7 e 8**, no valor de R\$ 17.416,00 (dezessete mil quatrocentos e dezesseis reais), e pela empresa PM DOS SANTOS (MAROK), CNPJ nº 24.754.041/0001-31, para o **item 6**, no valor de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais), justificando, portanto, a escolha desse fornecedor. Logo, os requisitos legais constantes no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93** estão **preenchidos**.

**18.** Outro ponto importante é quanto à necessidade de regularidade perante o INSS e o FGTS da empresa a ser contratada diretamente. Veja-se:

### **Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS**

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. **Acórdão n.º 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.** (sem grifo no original)

**19.** No caso ventilado, as empresas que ofertaram as melhores propostas apresentam sua regularidade fiscal e trabalhista, como se verifica nos documentos juntados nos eventos [0515461](#) e [0515479](#). Assim, este requisito está sendo observado pela Administração.

**20.** Em última análise, pelos elementos que constam dos autos, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993. Todavia**, realizando-se a contratação, **diretamente, apenas para itens 1, 2, 3, 4, 5, 8 e 9**, com a empresa FREITAS & CIA LTDA, a qual ofertou o menor preço para os bens em comento (**R\$ 9.370,00** - nove mil trezentos e setenta reais), conforme cotações existentes nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.

**21.** Com relação aos **itens 6 e 7**, verificou-se que as fabricantes dos produtos ofertadas pelas empresas cotantes não possuem regularidade junto ao IBAMA (Remessa nº 30/2020 – PRES/DG/SOAF/COMAP/SEALM – 0516746). E, devido a isso, esta Administração não poderá adquiri-las. Na mesma linha sugerida pela COMAP ([0517396](#)), esta Assessoria jurídica entende que a adoção do sistema de cotação eletrônica contornaria tal empecilho, uma vez que possui abrangência no mercado nacional.

**21.** De outro lado, o Projeto Básico COMAP ([0516372](#)), complementado pela Cotação de preços nº 002/2020 - COMAP, possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX,





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da Lei de Licitações e Contratos, motivo pelo qual pode ser apresentado a autoridade competente para sua aprovação.

### **III – CONCLUSÃO**

**22.** Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:

a) pela viabilidade de contratação direta da empresa FRETIAS & CIA LTDA, CNPJ nº 02.179.328/0001-42, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993, para aquisição dos **itens 1, 2, 3, 4, 5, 8 e 9**;

b) pela apresentação do PB juntado aos autos ([0516372](#)) à autoridade competente para aprovação, caso assim entenda, em observância ao inc. I do § 2º do art. 7º do diploma legal citado;

c) pela adoção de cotação eletrônica para aquisição dos itens 6 e 7, em virtude de que esta sistemática possui abrangência nacional.

**23.** Sugere-se, ainda, a observação da solução apresentada por esta AJDG nos itens 11 e 12 desse opinativo, para melhor instruir os autos, principalmente no que concerne ao afastamento do fracionamento de despesa.

**24.** Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



---

Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 07/04/2020, às 18:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



---

Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 07/04/2020, às 18:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000794-61.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ALMOXARIFADO

ASSUNTO: Aquisição de material de consumo elétrico. Dispensa de licitação (art. 24, II). Cotação Eletrônica de Preços.

**DESPACHO Nº 521 / 2020 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Almocharifado - SEALM, objetivando a **aquisição de materiais de consumo elétricos** para suprir as necessidades do TRE-RO (Termo de Abertura – [0511546](#)).

A justificativa para aquisição do objeto foi apresentada pela unidade demandante no item 3 do Projeto Básico ([0516372](#)), informando que a aquisição de materiais elétricos é notoriamente necessária, especialmente no tocante à manutenção do ambiente laboral deste Regional e suas respectivas Zonas Eleitorais. Por conta disso a Administração não pode prescindir de estoque adequado, suficiente e hígido para suportar a demanda ordinária e eleitoral de 2020.

Expediu-se a Cotação de Preços n. 002/2020 - SEALM/COMAP ([0511559](#)) para a aquisição dos materiais, a qual obteve propostas de 5 (cinco) empresas aptas a contratar com a Administração Pública.

Após diligências verificou-se que as propostas para os itens 6 e 7, que atendem à especificação do objeto, não podem ser aceitas em virtude do fabricante não possuir regularidade do CTF do IBAMA ([0516746](#)). Tais itens restaram DESERTOS, mesmo diante dos esforços e das diligências promovidas no mercado local. Para os demais itens (1, 2, 3, 4, 5, 8 e 9), a melhor proposta foi apresentada pela empresa FREITAS & CIA LTDA – CNPJ nº 02.179.328/0001-42, cuja regularidade fiscal foi juntada aos autos, conforme evento [0515479](#), no valor total de **R\$ 9.370,00 (nove mil trezentos e setenta reais)**, conforme proposta juntada no evento n. [0513990](#).

A Coordenadoria de Material e Patrimônio concluiu que o Projeto Básico encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, da Lei n. 8.666/93 e da IN n. 04/2008 do TRE-RO, relativamente aos itens 1, 2, 3, 4, 5, 8 e 9, e sugeriu a adoção do sistema de cotação eletrônica para os itens 6 e 7 ([0517396](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Juntou-se aos autos a programação orçamentária ([0517450](#)) no valor de R\$ 17.576,00 (dezessete mil quinhentos e setenta e seis reais).

Assim instruído, o feito foi encaminhado à Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral para análise, a qual, por meio do Parecer Jurídico AJDG [0522816](#), opinou pela possibilidade de contratação direta da empresa FREITAS & CIA LTDA – CNPJ nº 02.179.328/0001-42, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993, e, com relação aos itens 6 e 7, opinou pela adoção do sistema de cotação eletrônica.

Por fim, a SAOFC juntou planilha de controle das aquisições e contratações no exercício de 20220 ([0522976](#)), demonstrando ausência de fracionamento de despesa da aquisição pretendida, e se manifestou nos mesmos moldes da AJDG ([0522983](#)).

Inicialmente, entende-se que a aquisição pretendida poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez que o valor cotado está dentro do limite legal permitido, podendo ser autorizada a despesa com amparo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e no *novel* Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018, que fixa para a administração pública valores atualizados para as modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666/93.

Na análise do presente feito, verificou-se que foram obtidas no mercado local 5 (cinco) propostas válidas ofertadas por empresas aptas a contratar com a Administração Pública. Assim, existe competitividade do fornecimento do objeto pretendido no mercado local, atendendo, assim, os requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a razão da escolha do fornecedor; e b) a justificativa do preço (art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93), conforme o entendimento assentado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nos Acórdãos 1.782/2010 e 1.565/2015 – Plenário.

Conforme já mencionado, com relação aos itens 6 e 7, verificou-se que as fabricantes dos produtos ofertadas pelas empresas cotantes não possuem regularidade junto ao IBAMA. Neste sentido, conforme asseverado pela COMAP e AJDG, a adoção do sistema de cotação eletrônica contornaria tal empecilho, uma vez que possui abrangência no mercado nacional.

Aqui vale um registro. Embora o Decreto nº 10.024/19 tenha previsto nova sistemática para as contratações diretas fundamentadas no art. 24, II, da Lei n. 8.666/93, denominada de sistema de dispensa



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

eletrônica, a Secretária de Gestão do Ministério da Economia comunicou, no dia 25/10/2019, às 15h58, em seu sítio eletrônico oficial, que a cotação eletrônica ainda será utilizada até a implementação do novo sistema:

A Secretaria de Gestão do Ministério da Economia comunica aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais, que a “cotação eletrônica” deverá ser utilizada no caso de dispensas de licitação prevista no inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, nos termos da Portaria nº 306, de 13 de dezembro de 2001, até que o Sistema de Dispensa Eletrônica, disciplinado pelo Decreto nº 10.024, de 2019, seja implementado.

(...) (sem grifo no original)

(<https://comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/1191-comunicado-importante-cotacao-eletronica?highlight=WyJjb3RhXHUwMGU3XHUwMGUzbyIsImVsZXRYXHUwMGY0bmljYSIsImNvdGFedTAwZTdedTAwZTNvIGVsZXRYXHUwMGY0bmljYSJd>)

Destarte, não há óbice para a utilização do sistema de cotação eletrônica de preços para a aquisição dos itens 6 e 7 por este Regional até que seja implementado o "sistema de dispensa eletrônica" pelo Ministério da Economia.

Verifica-se que o Projeto Básico SEALM nº 04/2020 ([0516372](#)) complementado pela Cotação de preços nº 002/2020 - SEALM/COMAP, possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, da Lei n. 8.666/93 e da IN n. 04/2008 do TRE-RO.

Por todo o exposto e com base nas atribuições de competências delegadas através do artigo 1º, inciso I, da Portaria 66/2018/GP, esta diretora-geral:

**1 - Aprova o Projeto Básico SEALM nº 04/2020 ([0516372](#)) complementado pela Cotação de preços nº 002/2020 - SEALM/COMAP, pois possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, da Lei n. 8.666/93 e da IN n. 04/2008 do TRE-RO;**

**2 - Autoriza a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93;**

**3 - Adjudica os objetos descritos nos itens 1, 2, 3, 4, 5, 8 e 9 à empresa FREITAS & CIA LTDA – CNPJ nº 02.179.328/0001-42 e autoriza a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 9.370,00 (nove mil trezentos e setenta reais) em favor da referida empresa; e**

**4 - Autoriza a SLC expedir cotação eletrônica para os itens 6 e 7, por meio do Sistema SIASG-COMPRASNET, com observância das regras gerais definidas na Portaria MPOG n. 306/2001.**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 14/04/2020, às 16:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 20200074

Disponibilização: 17/04/2020

Publicação: 20/04/2020



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

### **EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Espécie: Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 26 da Lei 8.666/93. Contratada: FREITAS & CIA LTDA, CNPJ n. 02.179.328/0001-42. Nota de Empenho: 2020NE000328, de 15/04/2020, Programa de Trabalho: 02122003320GP0011, Elemento de Despesa: 33.90.30-26. Objetos a) Item 1 - Abraçadeira de Nylon 6.6 flexível 15cm Abraçadeira de nylon; cor natural; não deforma na temperatura de até 85°C; Uso interno e externo resistente a raios UV; Comprimento aproximado de 15cm. Embalagem com 100 unidades. (Cód.337689). Quant. 100; Vlr. Unit: R\$ 3,60; Subtotal R\$ 360,00; b) Item 2 - Abraçadeira de Nylon 6.6 flexível 28/30cm Abraçadeira de nylon; cor natural; não deforma na temperatura de até 85°C; Uso interno e externo resistente a raios UV; Comprimento aproximado de 30cm. Embalagem com 100 unidades. (Cód.341586). Quant. 80; Vlr. Unit: R\$ 19,00; Subtotal R\$ 1.520,00; c) Item 3 - Cabo Flexível 3 x 1,5 mm², tipo PP (dupla isolamento), isolamento com material PVC, antichama, flexível, tensão 750v; condutor cobre; rolo de 100m.; com revestimento externo na cor PRETA e o revestimentos internos nas cores AZUL / PRETO / VERDE Certificação compulsória INMETRO Portaria 640/12. Quant. 2; Vlr. Unit: R\$ 300,00; Subtotal R\$ 600,00; d) Item 4 - Cabo Flexível 3 x 2,5 mm², tipo PP (dupla isolamento), isolamento com material PVC, antichama, flexível, tensão 750v; condutor cobre; rolo de 100m.; com revestimento externo na cor PRETA e o revestimentos internos nas cores AZUL / PRETO / VERDE Certificação compulsória INMETRO



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Portaria 640/12. Quant. 10; Vlr. Unit: R\$ 450,00; Subtotal R\$ 4.500,00; e) Item 5 - Cabo Flexível 4 x 4,0 mm<sup>2</sup>, tipo PP (dupla isolamento), isolamento com material PVC, antichama, flexível, tensão 750v; condutor cobre; rolo de 100m.; com revestimento externo na cor PRETA e o revestimentos internos nas cores VERMELHO / AMARELO / PRETO / VERDE Certificação compulsória INMETRO Portaria 640/12. Quant. 1; Vlr total R\$ 850,00; f) Item 8 - Cabo Flexível 2 x 1,5 mm<sup>2</sup>, tipo PP (dupla isolamento), isolamento com material PVC, antichama, flexível, tensão 750v; condutor cobre; rolo de 100m.; com revestimento externo na cor PRETA e o revestimentos internos nas cores Branco/Azul Certificação compulsória INMETRO Portaria 640/12. Quant. 1; Vlr total R\$ 220,00; g) Item 9 - Cabo Flexível 3 x 4 mm<sup>2</sup>, tipo PP (dupla isolamento), isolamento com material PVC, antichama, flexível, tensão 750v; condutor cobre; rolo de 100m.; com revestimento externo na cor PRETA e o revestimentos internos nas cores AZUL / PRETO / VERDE Certificação compulsória INMETRO Portaria 640/12. Código 409525. Quant. 2; Vlr. Unit: R\$ 660,00; Subtotal R\$ 1.320,00; Valor Total da Nota de Empenho: R\$ 9.370,00. Fundamento Legal: Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e Cotação de Preços n. 02/2020-SEALM/COMAP. Justificativa: Necessidade de aquisição de matérias elétricos para manutenção do ambiente laboral deste Regional e suas respectivas Zonas Eleitorais. Declaração de Dispensa de Licitação em 07/04/2020, por meio do Parecer Jurídico 60/2020/AJDG, por MAIARA SALES DO CASAL, CPF 003.550.682-22, Analista Judiciária e ratificado por MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, CPF n. 716.688.707-97, Assessora Jurídica. Autorizada a Despesa e Ratificada a Dispensa de Licitação em 14/04/2020, por meio do Despacho 521/2020/GABDG, assinado por LIA MARIA ARAUJO LOPES, CPF n. 475.106.849-00, Diretora Geral do TRE-RO. Processo SEI n. 0000794-61.2020.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 17/04/2020, às 12:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.